

MPF denuncia órgãos federais por não cumprimento de planos ambientais durante obras na BR-163

Segundo o MPF, a ausência de projetos mitigatórios foi o que levou indígenas Kaiapós a fecharem a rodovia na última semana.

- (Foto:Jornal Folha do Progresso)

Caso algum órgão descumpra com as obrigações, o MPF solicitou a aplicação de uma multa diária de R\$ 10 mil.

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou, na última segunda-feira (24), uma ação civil pública na Justiça Federal contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) pelo descumprimento de obrigações ambientais, previstas na obra de pavimentação da BR-163, no sudoeste do Pará.

Segundo o MPF, os órgãos envolvidos não executaram planos de mitigação na região, que diminuiriam os impactos ambientais causados pela obra.

Segundo o MPF, a ausência de planos mitigatórios foi um dos motivos para que o local fosse alvo de protestos de indígenas Kaiapós na última semana.

Os manifestantes fecharam a rodovia, exigindo a expulsão de madeireiros e garimpeiros de suas terras. Além disso, os indígenas cobravam estudos ambientais e uma consulta pública para a instalação da ferrovia que vai ligar o Pará ao Mato Grosso, a “Ferrogrão”.

Filas de caminhão ultrapassou 20 km na Rodovia

Assista ao Vídeo:

<https://youtu.be/vzx19xpL4vs>

O MPF diz que o protesto foi uma consequência da falta de responsabilidade ambiental com o local. O termo de obrigações ambientais teria sido assinado assim que iniciaram as obras de pavimentação na rodovia, que liga a cidade de Cuiabá, no Mato Grosso, até Santarém, no Pará. A estrada também é uma importante via de escoamento da soja brasileira para exportação.

Segundo a ação, uma série de medidas foram planejadas antes de começar o asfaltamento, para evitar danos graves aos povos indígenas. As obrigações estavam sendo cumpridas pela Funai e pelo Instituto Kabu, que representa o povo Kayapó, mas os planos de trabalho deveriam ter sido renovados até julho deste ano e, até agora, nada aconteceu. Com isso, os indígenas afetados temem a paralisação dos programas de mitigação.

Após a conclusão do asfaltamento da rodovia, o DNIT enviou documento à Funai tentando se eximir da responsabilidade com os impactos ambientais, alegando que o futuro concessionário, da iniciativa privada, é quem deveria assumir as obrigações ambientais. No entanto, para o MPF, é impossível justificar a transferência da responsabilidade socioambiental a um concessionário privado que ainda não existe.

Por conta disso, o MPF solicita, em tutela de urgência, que o DNIT encaminhe à Funai, num prazo de 10 dias, um plano de trabalho para renovação do projeto de apoio às comunidades indígenas da BR-163. O DNIT também receber sanções do Ibama e da União por não ter realizado as obras de mitigação durante a pavimentação da rodovia.

Além disso, o DNIT também deve executar, em até seis meses, todas as obras de melhoramento dos ramais da região. Os ramais foram considerados essenciais no licenciamento para garantir o escoamento de produtos florestais como a castanha, que

asseguram a sobrevivência dos moradores das terras indígenas.

Caso algum órgão descumpra com as obrigações impostas pela tutela, o MPF solicitou a aplicação de uma multa diária de R\$ 10 mil.

Por:Jornal Folha do Progresso Com Imfomações G1 PA – Belém

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail:folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail:adeciopiran.blog@gmail.com

<http://www.folhadoprogresso.com.br/inep-seleciona-consultor-de-ensino-ead-saiba-como-participar/>

NOVO PROGRESSO: Pescadores pegam “licença” de líder

indígena para pescar e são abordados por agentes do IBAMA.

Um grupo de amigos formados por 17 pescadores, se deslocaram do estado de MG até o município de Novo Progresso, com o intuito de pescar apenas por gostar da prática esportiva. Segundo os mesmos ficaram 02 (dois) dias parados no posto de combustível (Posto Planalto) aguardando a suposta “autorização” que seria fornecida pelo líder indígena Kaiapó By, para serem autorizados à passar por dentro de área indígena e chegar até o local onde esperavam pescar.

Após dois dias, By compareceu e forneceu a “autorização”, os mesmos (pescadores) seguiram viagem, no meio do caminho a ponte que dava acesso estava quebrada, fazendo com que os pescadores voltassem para trás, sendo obrigados a acampar no lado indígena e descer de barco. **Obs:** versão relatada pelos pescadores.

Após 10 (dez) dias de pescaria, retornaram para Novo Progresso; quando nossa equipe de reportagem perguntou se os peixes seriam comercializados, disseram que não, eram apenas para as despesas. Os mesmos dizem ter sido enganados, pelo indígena, pois isso nunca aconteceu com nenhum deles. Todos são cadastrados como pescadores amadores e pescam apenas de molinete e caniço, sem uso de redes ou tarrafas . O local onde foram abordados pelos agentes do IBAMA fica a 140 quilômetros do município de Novo Progresso (Rio Pimenta) já considerada área indígena.

Os peixes que estavam em posse dos pescadores foram levados a sede do IBAMA e os pescadores estavam sendo aguardados para serem ouvidos. (Até o final dessa matéria ninguém havia sido preso ou multado.)

O Ibama não repassou informações sobre as medidas adotadas em desfavor ao grupo de pescadores.

Da Redação: Jornal Folha do Progresso News/ Jailson Rosa

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

Kaiapós se formam no ensino médio

Aconteceu hoje (05/05) pela manhã a formatura dos indígenas Kaiapós no ensino médio.

Se formaram 14 alunos das aldeias Kamau e Bau, a cerimônia da formatura aconteceu na Aldeia Baú, os indígenas estudaram e se formaram no sistema de ensino SOME (modular), aonde professores da SEDUC vinham até as aldeias e passavam um período ensinando cada disciplina.



Esteve presente na cerimônia de Formatura o vice-prefeito de Novo Progresso Eloido Bertollo (PR), secretario de Educação Jayme Campos, vereadores Sebastião Bueno (PSC) e Nego do Bento (PROS), diretora do colégio estadual Valdemar Lindemayer Ilda Araujo, representante da Saúde, representante do Instituto Kabu e representante dos índios da SEDUC. Após a cerimônia de formatura foi servido um almoço para todos os presentes.



Fonte: Redação Jornal Folha do Progresso – **Fotos:** Jayme